Estudantes madeirenses na Universidade de Coimbra: entre 1573 e 1730

Autor(es): Azevedo e Silva, José Manuel
Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente: <http://hdl.handle.net/10316.2/42879>
DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_12_3
Accessed : 26-Apr-2023 15:57:49

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

ESTUDANTES MADEIRENSES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, ENTRE 1573 e 1730

Tendo residido na cidade do Mondego, durante algum tempo, o sacerdote micalense, Frei António do Presépio Moniz, falecido cerca de 1930, teve a feliz ideia de inventariar os estudantes açorianos e madeirenses que frequentaram a Universidade de Coimbra, pesquisando pacientemente, nos seus tempos livres, os arquivos desta universidade.

Obteve, assim, uma extensa relação afabetada de 587 estudantes que frequentaram a Universidade de Coimbra, entre 1573 e 1730, a qual contém, além dos nomes, a filiação, o curso, a data da matrícula e o período de frequência neste estabelecimento de ensino superior e outras indicações de bastante interesse para a compreensão da realidade intelectual e cultural e até económica e sociológica das ilhas da Madeira e dos Açores.

A referida relação, que após a morte do padre António do Presépio ficou na posse da sua família, residente na cidade de Ponta Delgada, permite-nos comparar, não só aqueles arquipélagos com o Reino, mas também relacionar as principais ilhas dos referidos arquipélagos entre si, proporcionalmente à população de cada um dos espaços, relativamente ao índice de estudantes que cursaram na Universidade de Coimbra, durante aquele longo período de mais de século e meio.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Geograficamente, os 587 estudantes universitários aparecem-nos assim distribuídos:

Quadro I

Ilhas	Número	%	Média anual
Madeira	274	46,7	1,73
S. Miguel	149	25,4	0,94
Terceira	108	18,4	0,68
Faial	24	4	0,15
Restantes ilhas açorianas	32	5,5	0,2
Totais	587	100	—

Uma lista nominal dos 274 estudantes madeirenses, ordenada alfabeticamente, foi publicada, em 1931, no boletim da Câmara Municipal do Funchal, fundado nesse mesmo ano ⁽¹⁾. A partir dessa lista e tendo em conta os nossos objectivos, elaborámos por ordem cronológica, a que apresentamos em anexo e que serve de base a este nosso trabalho.

A distribuição dos referidos estudantes madeirenses por cursos é a seguinte:

Quadro II

Curso	Número	%
Cânones	187	68,2
Teologia	32	11,7
Leis	24	8,7
Leis e Cânones	17	6,2
Medicina	11	4
Leis e Medicina	1	0,4
Medicina e Cânones	1	0,4
Sem indicação de curso	1	0,4
Totais	274	100

⁽¹⁾ *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, pp. 145-150, vol. II, pp. 60-64 e 168-172.

Para podermos comparar as partes com o todo, vejamos agora o quadro dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra, de 1573 a 1772:

Quadro III

Curso	Número	%	Média anual
Cânones	237 860	76,2	1189
Leis	42 269	13,5	211
Medicina	21 842	7	109
Teologia	10 138	3,3	51
Totais	312 109	100	1560

Fonte: A. G. Ribeiro de Vasconcelos, citado por Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 252.

Precisamos ainda de algumas referências demográficas para podermos manejar estes elementos nas suas múltiplas vertentes. Situemo-nos nos finais do século XVI e vejamos a população de cada um dos espaços: o Reino deverá rondar 1.400.000 habitantes; a Madeira conta cerca de 30.000 (2); os Açores registam 65.000, dos quais 25.000 na ilha de S. Miguel e 23.000 na ilha Terceira (3).

Proporcionalmente à população, temos que, se o índice dos alunos madeirenses que, nesse período de tempo, frequentaram a Universidade de Coimbra é muito inferior ao do Reino, ele é bastante superior (quase o dobro) ao dos Açores, o que, em princípio, poderá denotar um maior desafogo económico dos madeirenses em relação aos açorianos, nessa época.

Com efeito, se aos 312.109 alunos que representam o universo estudantil de Coimbra, entre 1573 e 1772, subtrairmos os 587 dos dois arquipélagos atlânticos, ficam-nos 311.622 que, divididos pelos duzentos anos compreendidos entre aquelas balizas cronológicas, nos dá uma média anual de 1.558 alunos matriculados, o que corresponde a pouco mais de um aluno por cada mil habitantes do Reino.

Por outro lado, os 274 estudantes madeirenses matriculados ao longo dos 158 anos a que respeitam dá uma média anual de quase dois alu-

(2) Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*, caps. IX, XV, XVI, XVII e XVIII e nota XIX.

(3) João Marinho dos Santos, *Os Açores nos séculos XV e XVI* (Dissertação de Doutoramento), Coimbra, 1987, vol. I, p. 136 e ss.

nos (1,73), o que, tendo em conta a população da ilha, dá a fracção 0,057 por cada mil habitantes, donde nos vem um índice quase vinte vezes (19,3) inferior ao do Reino (entenda-se que os 311.622 alunos atrás referidos respeitam ao Reino, aos restantes espaços ultramarinos e a eventuais alunos estrangeiros, mas pensamos que, nessa época, isso pouco modificará esta relação).

Seguindo o mesmo raciocínio e efectuando idênticas operações matemáticas, temos que, embora S. Miguel apresente um índice superior ao da Terceira e esta também superior ao do Faial e restantes ilhas do arquipélago, os Açores, no seu conjunto, apresentam uma taxa média anual de cerca de dois estudantes matriculados na Universidade de Coimbra, o que, proporcionalmente à sua população, corresponde a cerca de metade em relação à Madeira e, logo, quase quarenta vezes (36,6) inferior ao índice do Reino.

Como explicar tamanhas disparidades?

Parece-nos óbvio que não podemos buscar a explicação apenas no factor económico, embora este não deva desprezar-se. O peso da insularidade está aqui bem patente, mais nos Açores que na Madeira, pois os custos dos transportes e de manutenção eram, então como hoje, mais onerosos para os estudantes insulares em relação aos continentais.

Dá que, por hipótese, se no Reino uma família de classe possidente média podia mandar um filho estudar para Coimbra, na Madeira e nos Açores, mais ainda nestes que naquela, só as famílias gradas e de rendimentos superiores à média poderiam fazer o mesmo.

Passemos a outro tipo de análise. O que é que se estudava na Universidade de Coimbra nos séculos XVI, XVII e XVIII? Quais os cursos existentes e quais os preferidos?

Uma rápida consulta do quadro III dá-nos uma primeira resposta.

Mas ficam por explicar as razões que levavam a população escolar a preferir, de forma inequívoca, a formatura em Cânones (76,2%), logo seguida pela de Leis (13,5%). É que estes dois cursos habilitavam para o exercício de cargos públicos.

Se assim era, porquê a manifesta preferência de Cânones em relação a Leis?

A escolha é visivelmente determinada pela garantia das saídas profissionais. Com efeito, enquanto que o curso de Cânones habilitava tanto para os cargos da Igreja como para os do Estado e advocacia e magistratura nos dois foros, o curso de Leis habilitava apenas para os cargos do Estado e advocacia e magistratura no foro civil ⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 252.

Vemos, pois, que as ciências jurídicas dominavam largamente a vida universitária coimbrã, com 89,7% dos estudantes, enquanto que os restantes 10,3% se distribuíam entre a Medicina (7%) e a Teologia (3,3%), não existindo então qualquer curso de ciências sociais e humanas.

E, se a fraca percentagem de licenciados em Teologia talvez se possa explicar pelo facto de esse número satisfazer as necessidades sociais da função, o mesmo não se pode dizer em relação à igualmente fraca frequência da Medicina que estaria longe de satisfazer as carências sanitárias, devendo procurar-se a explicação na falta de motivações da carreira médica.

Esta é a realidade do universo académico de Coimbra no período em análise. Mas será que o espectro académico dos estudantes madeirenses é coincidente com o todo ou registam-se desvios?

Se passarmos um relance de olhos pela relação que vem em anexo, a partir da qual elaborámos o quadro II, logo nos damos conta de que as ciências jurídicas são ainda mais preferidas, com 94% dos estudantes madeirenses, contra 89,7% do todo universitário. Bastante mais preferida é a Teologia, com 11,7% de madeirenses contra 3,3% do total. A Medicina é, no caso madeirense, a menos pretendida, com apenas 4% contra 7% do universo académico coimbrão.

Um outro problema não pode deixar de ser colocado aqui. Quem é que, nessa época, tinha acesso aos estudos universitários?

Uma vez mais, seguindo a nossa opção metodológica, vamos tentar captar a realidade global para depois a cotejarmos com o caso madeirense.

Uma imagem sociológica, que nos parece bastante fiel, pode colher-se num dos diálogos da *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo. Vale a pena transcrever: — «Têm as escolas, além destes, um bem que favorece esta opinião e é que, de ordinário, os que as buscam, ou são filhos segundos ou terceiros da nobreza do Reino que, por instituição dos morgados de seus avós, ficaram sem heranças e procuraram alcançar a sua polas letras; ou são filhos dos homens honrados e ricos dele, que os podem sustentar com comodidades nos estudos; ou religiosos escolhidos nas suas províncias, por de mais habilidade e confiança para as letras» (5).

Neste caso, parece-nos haver perfeita coincidência dos contornos da imagem sociológica do Reino e da Madeira. Consultando, uma vez mais, a relação dos estudantes madeirenses que apresentamos no final deste trabalho, constatamos que 24 são padres que em Coimbra vêm fazer os cursos de Teologia e Cânones. E há ainda a registar Mestre

(5) Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, Diálogo 16, 1619, in Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 251.

Francisco Mondragão, da família do morgadio dos Mondragões da Calheta, que tudo indica tratar-se de um mestre de gramática ligado ao cabido da Sé, a uma paróquia ou a um mosteiro (6).

Estes eclesiásticos viriam a expensas suas ou seriam subvencionados pelas instituições religiosas a que estavam vinculados? Na segunda hipótese, quais os critérios de selecção?

Como muito bem sustenta Rodrigues Lobo para o Reino, parecem-nos que idêntico procedimento se verificava na Madeira. Os eclesiásticos enviados para Coimbra seriam não só escolhidos pelas suas capacidades intelectuais, mas também pelos dotes morais e pela «confiança» que conseguiam inspirar àqueles a quem competia tal decisão.

Outro estrato sociológico, sem dúvida o mais representativo, emergia da nobreza madeirense, ligada às principais «casas» vinculadas. Faça-se uma atenta consulta ao rol dos estudantes madeirenses a que nos vimos referindo. Lá estão os antropónimos das tradicionais «casas» madeirenses: os «Gonçalves», os «Achioli», os «Vasconcelos», os «Atouguia», os já referidos «Mondragão», os «Freitas», os «Aguiar», os «Spínola», os «Câmara», os «Teixeira», os «Ferreira», os «Ornelas» ou «Dornelas», os «Meneses», os «Bettencourt», os «Noronha», os «Abreu», os «Vogado», os «Valdevesso», os «Henriques», os «Aragão», os «Teive», e muitos outros que poderíamos chamar aqui.

O movimento vincular por *morgadios* e *capelas* teve, na Madeira, enorme enraizamento, talvez ainda mais acentuado que no Reino. Foi essa a ideia que nos ficou da consulta da vasta documentação do Arquivo Regional da Madeira, ideia que se reforça se tivermos em conta que, à data da sua extinção pela lei de 19 de Maio de 1863, existiam ainda em toda a ilha 659 vínculos que, segundo um relatório oficial de José Silvestre Ribeiro, governador e representante da Madeira no parlamento, entre 1848 e 1858, representavam dois terços das terras de todo o arquipélago. E dizemos *ainda* porque a lei pombalina de 9 de Setembro de 1769 suprimiu muitos dos pequenos vínculos e outros foram sendo abolidos por sentença, a rogo dos administradores, alegando que as rendas não davam para satisfazer os encargos (7).

Sendo o morgado, por via de regra, administrador e usufrutuário dos bens vinculados, os secundogénitos tinham de tomar uma de três opções: ou entravam na vida religiosa (daí muitos eclesiásticos serem de ascendência nobre), ou seguiam a carreira militar, ou procuravam concluir um curso superior que os habilitasse para o exercício de um cargo público remunerado.

(6) Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, nota XVII, p. 527; *Elucidário Madeirense*, «Mondragão».

(7) *Elucidário Madeirense*, «Instituições vinculares» e «Ribeiro (José Silvestre)»; Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, nota XIV, p. 472.

Para possibilitar a realização da terceira opção, os titulares das mais abastadas «casas» vinculadas destinavam parte das rendas dos vínculos à formação académica dos filhos secundogénitos ou fixavam essa obrigação nas suas disposições testamentárias ou nas cláusulas da instituição do morgadio.

É o caso de Diogo de Teive, originário do Norte de Portugal, que foi para a Madeira a chamamento de seu tio do mesmo nome (aquele que, em 1452, fez contrato com o infante D. Henrique de construir na ilha um engenho de açúcar). Aí casou com Catarina Rodrigues, herdeira de boas fazendas na Ribeira Brava. Em 1531, instituíram morgadio no filho mais velho, Gaspar de Teive, com a obrigação de 20.000 réis anuais (o equivalente a 35 arrobas de açúcar) a seus irmãos, Baltasar e Manuel, até 1540 e 1542, respectivamente, a fim de estes poderem prosseguir os seus estudos em Paris e em Salamanca ⁽⁸⁾.

Outro grupo que procurava nas letras a garantia de vida e a ascensão social era a burguesia mercantil e esse grupo parece-nos estar também representado na nossa relação. Aí se podem ver os «Esteves», os «Moreira», os «Oliveira» e os «Fonseca», entre muitos outros que pela via do casamento, cruzaram os seus nomes com os da nobreza arruinada.

A relação a que temos vindo a fazer referência e que no final se publica permite-nos constatar uma certa regularidade de matrículas de alunos madeirenses na Universidade de Coimbra, entre 1573 e 1730. Embora tenha havido durante esse período de tempo alguns anos em que não chegou qualquer aluno da Madeira a Coimbra, não passou, contudo, nenhuma década sem que se tenham verificado matrículas de estudantes daquela ilha na Academia desta cidade, a uma média de vinte alunos por década, com um mínimo de cinco alunos entre 1660 e 1669 e um máximo de vinte e nove entre 1710 e 1719.

E antes de 1573? Sem que se possa considerar completa a informação de José Pereira da Costa, sabemos, contudo, por seu intermédio, que, durante o século XVI, 20 madeirenses frequentaram a Universidade de Paris, 3 a de Salamanca, outros 3 estudaram em Itália e 61 em Coimbra. Ora, como pela nossa relação se vê que, de 1573 até final do século XVI, se matricularam na Universidade de Coimbra 54 alunos madeirenses, vem-nos que, entre 1537 e 1573, vieram da Madeira para Coimbra 7 universitários ⁽⁹⁾.

Por outro lado, respigando o livro de Luís de Matos, *Les Portugais à L'Université de Paris entre 1500 et 1950* (Coimbra, 1950), detectam-se vinte nomes madeirenses, mas a lista é incompleta, como

(8) Nuno de Vasconcelos Porto, «Madeirenses na Universidade de Paris (1520-1550)», *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 16, 1953, p. 17.

(9) José Pereira da Costa, «O ambiente cultural da Madeira no século XVI», *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. X, pp. 150-197.

honestamente nos adverte o autor, porque faltam alguns «registos de matrículas» ⁽¹⁰⁾.

Os nomes desses madeirenses, alguns dos quais cursaram a Universidade de Paris durante os reitorados de André de Gouveia e de Diogo de Gouveia, o Novo, são os seguintes: Francisco Giraldes, Rodrigo Pires, Marcos Romeiro, Manuel de Teive, Baltasar de Teive, João Baptista, João Ximenes, António Cortês, Francisco Rodrigues, Manuel Mialheiro, Manuel Rodrigues, Francisco de Cristo, Vicente Rodrigues, Cristóvão Rodrigues, António Rodrigues, Fernando Gonçalves da Câmara, Francisco Martins, Luís Gonçalves da Câmara, Leão Henriques e Francisco de Castro ⁽¹¹⁾.

Alguns destes madeirenses distinguiram-se na vida pública e entre a intelectualidade portuguesa da época, nomeadamente como professores da Universidade de Coimbra.

Marcos Romeiro e Francisco de Cristo foram professores de Teologia em Coimbra ⁽¹²⁾.

Francisco Giraldes, médico, muito versado em latim e grego, aprendeu árabe com Clenardo ⁽¹³⁾.

Manuel de Teive veio a ser mestre em Artes na capital francesa e beneficiado da sé do Funchal, e seu irmão, Baltasar de Teive, foi promotor do arcebispado de Braga ⁽¹⁴⁾.

Francisco Martins parece ter sido professor de Humanidades na Universidade de Salamanca ⁽¹⁵⁾.

Leão Henriques, nascido em 1515 na Madeira, era primo de Luís Gonçalves da Câmara, de quem falaremos a seguir e com quem terá ido para Paris, onde ambos estudaram, no Colégio de Santa Bárbara. Ali cursou latim, grego e teologia, mas, como seu primo, veio a formar-se em Teologia na Universidade de Coimbra. Em 30 de Abril de 1546, entrou na Companhia de Jesus e veio a ser reitor do Colégio dos Jesuítas em Coimbra, até 1556. Foi professor e primeiro reitor da Universidade de Évora, inaugurada em 1 de Novembro de 1559 ⁽¹⁶⁾.

Luís Gonçalves da Câmara, segundo filho do quarto capitão do Funchal, depois de ter estudado latim, grego, hebraico e teologia em Paris, formou-se em Teologia na Universidade de Coimbra e parece ter chegado a ser escolhido para professor, cargo de que não chegou a tomar posse. Em 1547, foi feito reitor do Colégio dos Jesuítas de Coimbra e, mais tarde, foi nomeado por Inácio de Loiola reitor do Colégio

(10) Nuno Vasconcelos Porto, *ob. cit.*, pp. 15-19.

(11) *Ibidem*.

(12) *Ibidem*.

(13) *Ibidem*.

(14) *Ibidem*.

(15) *Ibidem*.

(16) *Ibidem*.

de Roma. De regresso à pátria, foi investido do encargo de educador do futuro rei D. Sebastião e, em 1566, passou a ser também seu confessor. Por influência sua junto do rei, seu irmão, Martim Gonçalves da Câmara, também jesuíta e doutor em Teologia, foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, em 21 de Junho de 1563, tendo depois obtido o cargo de escrivão da puridade e, em seguida, ascendido a secretário de Estado, passando a ter grande autoridade no governo do Reino (17).

Na lista de estudantes madeirense que apresentamos no final, também se detectam algumas figuras públicas e intelectuais, de que destacamos Henrique Henriques de Noronha que frequentou a Universidade de Coimbra entre 1682 e 1684 e onde se formou em Cânones. Historiador e genealogista, escreveu as seguintes obras, ligadas à história da Madeira: *Nobiliário genealógico das famílias que passarão a viver a ésta Ilha da Madeira...*; *Memórias sobre a criação e augmento do Estado Ecclesiastico na Ilha da Madeira...*; *Memórias seculares e ecclesiasticas para a composição da historia da Diocese do Funchal* (18).

À medida que fomos avançando na elaboração deste trabalho, uma questão se nos foi impondo e é esta: os estudos preparatórios de acesso à universidade eram ministrados na Madeira ou no exterior? E, se no exterior, onde, no Reino ou no estrangeiro?

A vasta documentação a que temos tido acesso não nos deixa quaisquer dúvidas de que os primeiros candidatos madeirenses a seminaristas e a universitários não tinham, no interior da ilha, estruturas pedagógicas capazes de os preparar para entrar no seminário ou na universidade. Essa preparação tinha, pois, de ser diligenciada no Reino ou no estrangeiro, consoante as conveniências e as possibilidades de cada um.

É o caso dos irmãos Manuel e Baltasar de Teive, de quem já falámos, os quais, ainda de tenra idade, seguiram para Paris, onde frequentaram o Colégio de Santa Bárbara e só depois os vamos encontrar na Universidade de Salamanca (19).

Idêntico percurso tiveram Luís Gonçalves da Câmara e seu primo, Leão Henriques, que, depois de terem estudado latim, grego e teologia no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, vieram a graduar-se em Teologia, na Universidade de Coimbra (20).

Deve notar-se que, por volta de 1520, o português Diogo Gouveia, o Velho, é nomeado director do Colégio de Santa Bárbara de Paris, tendo então conseguido de D. João III a instituição de cerca de cin-

(17) *Dicionário de História de Portugal*, «Câmara (Luís e Martim Gonçalves)».

(18) Gilda França Vieira e António Aragão de Freitas, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981, p. 289.

(19) Nuno de Vasconcelos Porto, *ob. cit.*, pp. 15-19.

(20) *Ibidem*.

quenta bolsas de estudo anuais para que portugueses pudessem frequentar o seu colégio ⁽²¹⁾.

E aqueles que não puderam sair da ilha, que possibilidades tinham de instruir-se, nos primeiros séculos da colonização?

Sabe-se que as estruturas religiosas rapidamente se organizaram. Alguns franciscanos acompanharam Zarco e outros foram chegando depois. Cerca de 1430 foram criadas as primeiras paróquias e outras se lhes seguiram, acompanhando o ritmo do povoamento do arquipélago. E os párocos e religiosos, além do ensino catequético podiam ensinar também a ler e a escrever e até ministrar a iniciação ao latim e à gramática. Mas de modo algum este tipo de ensino habilitava ao ingresso no ensino superior.

Não significa isto que o poder central não se preocupasse com as questões do ensino nas ilhas atlânticas. O foral novo dado por D. Manuel à cidade do Funchal e às vilas de Ponta do Sol e da Calheta, datado de 6 de Agosto de 1515, texto que veio a ser adoptado no foral novo dado a Machico e a Santa Cruz, em 15 de Dezembro desse mesmo ano, estatui «que sejam isentos do pagamento de dízima os livros de estudantes ou de Igreja que não sejam para vender» ⁽²²⁾.

Também o poder municipal participou nas questões do ensino, porquanto, nas despesas da Câmara do Funchal do ano de 1550, aparece o pagamento de 4.000 réis ao mestre de gramática ⁽²³⁾.

Com a criação da diocese do Funchal, em 1514, passa a existir entre os beneficiados da sé o cargo de mestre-escola com a cõgrua anual de 8.000 réis, sucessivamente aumentada, visto que, em 1595, era de 80.000 réis. O primeiro a exercer esse cargo foi João Rodrigues Bório, cargo que parece ter exercido cumulativamente no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, das freiras de Santa Clara, tendo-lhe sucedido no referido cargo Conçalo Martins ⁽²⁴⁾.

Abrem-se, pois, novas possibilidades de ensino na Madeira, mas, ainda assim, duvidamos que fossem suficientes para preparar integralmente os candidatos ao ingresso nos seminários ou nas universidades.

Tais condições, a nosso ver, só serão satisfeitas com a fundação do Colégio dos Jesuítas do Funchal, em 1570, com aulas de latim, teologia, filosofia e retórica, e do Seminário do Funchal, criado por carta régia de 20 de Setembro de 1566, mas cuja instauração efectiva só veio a acontecer por volta de 1580 ⁽²⁵⁾.

⁽²¹⁾ *Ibidem*.

⁽²²⁾ *Treslado autentico do Foral da cidade do Funchal, da villa da Ponta do Sol e da Villa Nova da Calheta*, in Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, nota XVI, pp. 494-504.

⁽²³⁾ Arquivo Regional da Madeira, *Vereações* (1550), Livro 1309, fls. 120-127v.

⁽²⁴⁾ Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, pp. 185 e 574. Cf. *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. V, pp. 106-109.

⁽²⁵⁾ Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, nota XXX, pp. 738-742; *Elucidário Madeirense*,

Antes destas datas, os madeirenses que optavam pela vida clerical tinham de ingressar nos seminários do Reino, junto dos quais, ou em outras instituições religiosas, faziam os estudos preparatórios, com destaque para o Seminário de Braga, no qual, entre 1501 e 1544, foram ordenados 43 sacerdotes provenientes da Madeira ⁽²⁶⁾.

«Seminário» e «Jesuítas»; Cf. Abel A. da Silva, «Seminário do Funchal. Algumas notas para a sua história», *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 34-1964, pp. 1-12.

(26) Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, «Alguns madeirenses que receberam ordens em Braga (1501-1544)», *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 36, 1966, pp. 28-29.

RELAÇÃO DOS ESTUDANTES MADEIRENSES QUE FREQUENTARAM
A UNIVERSIDADE DE COIMBRA ENTRE 1573 E 1730

Nome	Curso	Período
João Gomes	Teologia	1573
Gaspar Afonso	Cânones	1573
António Gonçalves	Teologia	1573
Luís Gaspar (Bacharel)	Leis	1573-1574
Sebastião Luís	Cânones	1573-1574
Gonçalo Esteves	Cânones	1573-1578
Francisco Correia	Teologia	1573-1579
Manuel Afonso	Teologia	1573-1580
Tomé Alves Usadamar	Leis	1577-1578
Miguel Achioli	Cânones	1577-1581
Francisco Gonçalves	Leis	1577-1583
Rui de Mendonça e Vasconcelos	Leis e Cânones	1577-1584
Baltazar Pardo de Ornelas	Cânones	1578-1583
Gaspar Leite	Leis	1578-1584
Álvaro Vaz da Costa (Bacharel)	Leis	1578-1584
António de Lemos	Cânones	1578-1588
Garcia de Motagrã	Leis	1579
Pedro Agrela	Cânones	1579-1580
Agostinho de Atouguia	Cânones	1579-1586
Álvaro Meireles	Cânones	1581
Henrique Pereira	Leis	1581-1586
António Aguiar	Teologia	1581-1589
Manuel Rodrigues Pedreira	Leis	1583-1589
João Rodrigues Pestana	Leis	1585-1587
Francisco de Spínola	Leis e Cânones	1585-1591
João Berte de Oliveira (Bacharel)	Leis	1586-1592
Gonçalo Rodrigues Minhoto	Cânones	1586-1595
Francisco Rodrigues	Leis	1587-1591
João Rodrigues Mondragão	Cânones	1588-1591
Bartolomeu do Vale	Teologia	1588-1593
Bartolomeu Pacheco de Aragão	Cânones	1588-1593
Simão Achioli	Leis e Cânones	1588-1594
Rui Dias	Teologia	1588-1594
Manuel Rodrigues Pimentel	Cânones	1588-1595
João Rodrigues Cabral	Cânones	1588-1598
Francisco Mondragão (Mestre)	Teologia	1588-1599
Diogo Lira	Cânones	1589-1591
Manuel de Almeida Pereira	Cânones	1589-1595
João Drumond	Teologia	1589-1595
João Rodrigues de Freitas	Leis	1589-1599
Manuel Rodrigues	Cânones	1591-1592
Bartolomeu de Mondragão	Cânones	1591-1594
Luís Spínola	Cânones	1591-1599
Lucas da Silva	Cânones	1591-1601
Jorge de Andrade Correia	Cânones	1592-1599

Estudantes madeirenses

Nome	Curso	Período
Bartolomeu Cardoso	Teologia	1593
Manuel da Silva	Leis	1593-1594
Jerónimo Coelho	Cânones	1594
António de Aguiar	Teologia	1594
João Cordomil	Teologia	1594-1598
Luís Dias	Medicina	1594-1601
António Gonçalves	Teologia	1595-1598
Paulo Nunes	Cânones	1598-1599
Jorge Freire	Cânones	1600-1603
Sebastião Nogueira Gama	Teologia	1601-1604
Fernão Carneiro	Cânones e Medicina	1601-1615
Manuel Rodrigues de Figueiredo	Cânones	1602-1604
Manuel Vogado	Não indicado	1602-1608
Francisco de Aguiar	Cânones	1603-1611
Manuel Pinto	Leis e Cânones	1603-1612
Cristóvão Rodrigues	Teologia	1607
António Vogado	Teologia	1607-1610
Valentim Fernandes	Cânones	1607-1613
Bento de Matos	Cânones	1607-1614
Pedro Gonçalves	Cânones	1607-1614
António Rodrigues Rocha	Teologia	1608
Aleixo Caldeira	Cânones	1608-1617
Gaspar Lopes de Moraes	Teologia	1609
Luís Gonçalves Pinheiro	Leis e Cânones	1609-1615
João Dias	Cânones	1610-1612
Luís Gonçalves	Cânones	1610-1613
Fernão Favila de Vasconcelos	Leis e Medicina	1611-1619
Braz de Seixas	Cânones	1612
Francisco do Cabo	Cânones	1612
Pedro Paulo de Sousa	Cânones	1613-1614
Pedro Gonçalves	Cânones	1614-1619
Pedro Moreira	Cânones	1614-1619
Sebastião Pereira	Cânones	1616-1617
João Spnóla	Cânones	1617-1620
Manuel de Barros	Leis	1621-1629
Domingos de Figueiredo	Cânones	1622-1625
António Francisco	Cânones	1623-1625
Lucas Gonçalves	Teologia	1623-1626
Gregório Gomes	Leis	1623-1627
Jorge da Câmara	Cânones	1623-1630
Simão Gonçalves da Câmara	Cânones	1623-1630
Belchior Teixeira Tavares	Cânones	1624-1628
Guilherme Fradique (Padre)	Teologia	1624-1628
Francisco Azevedo de Mendonça	Leis	1624-1629
Martim Dória de Vasconcelos	Cânones	1624-1629

Nome	Curso	Período
João de Moura Rolim	Cânones	1625-1627
Antônio Ferreira	Cânones	1625-1628
Felipe Vogado	Leis e Cânones	1625-1631
Antônio Furtado de Mendonça	Cânones	1626
Jerônimo Vieira	Cânones	1626-1631
Manuel da Silveira	Leis e Cânones	1627-1633
Simão da Gama	Medicina	1627-1633
Simão Gonçalves Cidrão	Cânones	1627-1634
Antônio da Costa Cardoso	Teologia	1628-1632
Francisco de Castro	Cânones	1628-1634
Simão Machado de Miranda	Leis e Cânones	1628-1638
Feliciano Martins	Cânones	1629
André do Couto	Cânones	1629-1635
Sebastião do Canto	Leis e Cânones	1629-1636
Braz Ferreira	Leis	1630
Manuel Ferreira Neto (Padre)	Cânones	1630-1636
Pedro de Carvalho	Cânones	1631-1632
Pedro Teixeira de Vasconcelos	Cânones	1631-1634
Manuel Freire de Andrade	Cânones	1631-1636
Manuel Dias Saldanha	Teologia	1632-1636
João de Araújo (Padre)	Cânones	1632-1639
Bento Teixeira de Saldanha	Leis	1633-1640
Manuel de Carvalho (Padre)	Cânones	1633-1640
Manuel Ribeiro Neto	Cânones	1633-1640
João Gomes de Abreu	Cânones	1634
Manuel Ferraz da Silva	Cânones	1634-1635
Braz de Freitas	Cânones	1634-1639
Roque Fernandes Teles	Leis e Cânones	1634-1641
Rui Fernandes Teles	Cânones	1635-1637
Antônio Pacheco	Leis	1635-1640
Francisco de Figueiredo	Leis	1636
Manuel de Andrade	Cânones	1637-1638
Manuel Dias Ferreira (Padre)	Teologia	1637-1640
Lucas de Vasconcelos	Cânones	1638-1644
Antônio Veloso de Lira (Padre)	Teologia	1641-1643
Manuel Dias de Lira	Teologia	1641-1643
João de Sousa	Cânones	1641-1648
José Pinheiro Taveira	Cânones	1641-1652
Antônio do Couto (Padre)	Teologia	1642-1644
Francisco Aguiar de Gouveia	Cânones	1642-1657
Manuel Lopes da Silva	Teologia	1643-1644
Manuel de Sousa Benevides	Teologia	1644-1645
Pedro da Costa Arruda	Leis	1644-1645
Manuel Denis da Silva	Cânones	1646-1653
Manuel de Sousa	Cânones	1647-1648

Estudantes madeirenses

Nome	Curso	Período
José de Araújo	Cânones	1647-1649
Manuel de Araújo de Sousa	Cânones	1648-1653
Lourenço de Matos Coutinho	Cânones	1648-1654
Domingos de Carvalho	Leis	1648-1659
Pedro Milanês	Cânones	1649-1654
Diogo Mendes Duro	Cânones	1650-1656
João Ornelas de Gamboa	Cânones	1651-1656
Lucas de Freitas Aragão	Leis e Cânones	1651-1656
Bento Pacheco	Cânones	1652
Pedro Peres	Cânones	1652-1653
Fernão Gomes	Cânones	1653
Luís Fernandes de Sousa	Cânones	1654-1655
Manuel da Rocha	Cânones	1655-1656
Manuel da Fonseca	Cânones	1655-1656
Luís Fernandes de Oliveira	Cânones	1655-1660
Marcos da Fonseca Cerveira	Cânones	1655-1661
Francisco Moniz de Menezes	Cânones	1656-1663
Luís Telo de Meneses	Cânones	1656-1663
Manuel Maciel da Fonseca	Leis e Cânones	1657-1661
António de França e Câmara	Cânones	1658-1661
Manuel de Carvalho Valdavesso	Leis e Cânones	1658-1662
Gaspar de Valdavesso	Leis e Cânones	1658-1664
Lucas de Freitas Branco (Padre)	Leis e Cânones	1659-1660
António de Freitas Branco	Cânones	1659-1664
António Spínola	Medicina	1661-1666
António Valente de Sampaio	Cânones	1663-1670
João Deniz da Silva	Cânones	1668
António Moniz de Menezes	Cânones	1668
Antão Manuel Teles	Cânones	1669-1706
António Gonçalves de Freitas (Padre)	Cânones	1672-1678
Francisco Cabral da Câmara	Cânones	1672-1678
António Pereira da Silva	Cânones	1672-1680
João Gomes de Castro e Câmara	Cânones	1672-1680
Pedro Correia	Cânones	1674-1679
Pedro de Bettencourt Henriques	Cânones	1676-1683
Francisco Álvares Cardoso (Padre)	Cânones	1677-1679
Cristóvão de Lira e Sousa	Cânones	1677-1682
João Ferreira Gabriel (Padre)	Cânones	1677-1683
Zenóbio de Médicis (Padre, Dom)	Teologia	1677-1684
António da Câmara Leme	Cânones	1677-1686
Manuel Pereira de Castro (Padre)	Teologia	1679-1683
Valentim da Mota Andrade (Padre)	Cânones	1679-1689
António Correia Barbosa	Cânones	1680-1686
Manuel de Oliveira	Cânones	1680-1687
José Fernandes Tavares	Medicina	1681-1686
António Correia Bettencourt	Cânones	1681-1687

Nome	Curso	Período
Tomás Henriques Pais	Leis e Cânones	1681-1687
Henrique Henriques de Noronha	Cânones	1682-1684
Pedro Álvares Usel	Cânones	1682-1688
Francisco da Costa	Cânones	1683
António Correia de Bettencourt	Cânones	1683-1685
Marcelino Correia	Cânones	1684-1686
Estêvão de Abreu Barreto	Cânones	1684-1691
Francisco da Costa Jardim	Cânones	1684-1691
Timóteo Coutinho Simões	Medicina	1685-1698
António de Aguiar e Sá	Cânones	1685-1694
António Lopes da Silva	Cânones	1686-1692
Manuel Gomes Jardim	Cânones	1686-1693
Manuel Lopes Caldeira	Leis e Cânones	1686-1693
Manuel Lopes da Silva	Cânones	1686-1693
Francisco de Vasconcelos Coutinho	Cânones	1687-1695
Feliciano Fernandes	Cânones	1688-1693
Manuel da Silva	Cânones	1690-1698
Pedro Cervantes	Cânones	1691-1697
António Vieira	Cânones	1693-1699
Luís da Silva de Brito	Cânones	1693-1699
Marcos da Fonseca Cerveira	Cânones	1693-1699
Felipe do Vale	Cânones	1695-1699
António Rodrigues Correia	Cânones	1695-1700
Manuel de Freitas	Medicina	1695-1700
Agostinho de Ornelas de Vasconcelos	Cânones	1698-1702
António Vieira de Leandro	Cânones	1699
Francisco de Andrade Pereira	Cânones	1700-1707
Lourenço da Cruz Macedo	Cânones	1700-1707
Domingos Leite	Cânones	1702-1708
Silvestre Lopes Barreto	Cânones	1702-1708
Manuel Fernandes Mondim (Padre)	Cânones	1702-1709
André Pereira de Aguiar	Cânones	1703-1709
Manuel de Oliveira de Aguiar	Cânones	1704-1705
Atanásio Caldeira	Cânones	1704-1709
José da Costa	Cânones	1704-1710
Jorge de França Andrade	Cânones	1705-1713
Domingos de Sá Martins	Cânones	1706-1713
Manuel da Costa	Cânones	1708-1715
Manuel Álvares de Castro	Medicina	1709-1711
Manuel Teixeira Brasília	Cânones	1709-1714
Manuel dos Passos	Cânones	1709-1715
Pedro de Sousa e Aragão	Cânones	1709-1715
António Fernandes Barradas	Cânones	1709-1716
Inácio Barbosa	Cânones	1709-1716
João da Silva Seixas (Padre)	Cânones	1709-1716
Felipe de Ocanha Vieira (Padre)	Cânones	1709-1717
Manuel Lopes de Andrade	Cânones	1710-1713

Estudantes madeirenses

Nome	Curso	Período
João Rodrigues de Oliva	Cânones	1710-1716
Inácio Pereira Pimenta	Cânones	1710-1717
António de Freitas Sousa	Leis	1711
José Fernandes Tavares	Medicina	1711-1717
António Monteiro de Miranda (Padre)	Teologia	1711-1719
Simão Moniz (Padre)	Cânones	1712-1717
António Pereira da Silva	Cânones	1712-1719
Manuel de Faria Abreu	Cânones	1712-1719
Diogo Lopes Caldeira (Padre)	Cânones	1712-1720
Manuel Gonçalves Rocha	Cânones	1713-1719
Manuel Vogado Souto-Maior	Cânones	1713-1719
Sebastião Vogado Souto-Maior	Cânones	1713-1719
Francisco de França e Andrade	Cânones	1714-1719
Luís de Freitas Ferraz	Cânones	1714-1719
Francisco Bettencourt Herédia	Cânones	1714-1720
João de França e Andrade	Cânones	1714-1720
Tomé Vieira e Barreto (Padre)	Cânones	1715-1721
João Baptista Spínola (Padre)	Cânones	1716-1721
Julião de França Coutinho	Cânones	1716-1621
Manuel Marques de Moura (Padre)	Cânones	1716-1722
Francisco Luís de Miranda	Leis	1717
António de Faria Severim	Cânones	1717-1721
Francisco Bettencourt Correia	Cânones	1717-1722
Pedro Correia de Albuquerque	Cânones	1717-1723
Francisco Luís de Miranda	Cânones	1718-1727
Nicolau Biard de Ossuna	Cânones	1719-1723
Caetano de Caires	Cânones	1719-1724
Francisco Xavier Aranha (Padre)	Cânones	1719-1725
Nicolau Francisco da Silva	Cânones	1720-1723
José Caetano de Bettencourt	Cânones	1720-1726
Amaro de França Uzel	Medicina	1723-1727
Ambrósio de França e Ataíde	Cânones	1723-1728
João José de Sá (Dom)	Cânones	1723-1728
Francisco Pinto de Abreu	Cânones	1724-1729
Francisco de Lira	Cânones	1724-1730
António Ferreira Duarte	Cânones	1726-1730
António Simeão Lobo e Matos	Cânones	1726-1730
João Henrique de Aragão	Cânones	1726-1730
Francisco Fernandes Coelho	Cânones	1727-1729
Fr. Henrique dos Serafins (Padre)	Cânones	1728-1729
António Caetano de Sousa	Cânones	1728-1730
António Pereira Borges	Cânones	1728-1730
José Caetano Ribeiro	Cânones	1728-1730
Pedro Pereira da Silva	Cânones	1728-1730
António da Costa Campos Leitão	Cânones	1729
Sebastião de Teives	Cânones	Sem data

Fonte: «Relação do padre António do Presépio Moniz», *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, pp. 145-150 e vol. II, pp. 60-64 e 168-172.